

IPES Texto para Discussão

Publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

**Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia
de 1995 a 2011**

**Fabrício Faccini
CE/UNISINOS**

**Divanildo Triches – IPES/UCS
/PPGE/UNISINOS**

**Márcia Regina Godoy–
DOCFIX/FAPERGS-CAPES /PPGE/UNISINOS**

*
**

Fevereiro de 2014 Texto nº 053



CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS
E COMÉRCIO INTERNACIONAL
INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Anlise das polticas comerciais do Brasil, China e ndia de 1995 a 2011 #

Versao 10.01.2014

Fabrcio Faccini*
Divanildo Triches**
Mrcia Regina Godoy***

Title: Analysis of trade policies of Brazilian, Chinese and Indian economies from 1995 to 2011.

Resumo

O objetivo deste estudo e analisar os instrumentos adotados nas polticas comerciais pelo Brasil, China e ndia ao longo do periodo 1995 e 2011. A metodologia foi baseada em anlise das estatisticas descritivas de dados secundarios extraidos de orgaos governamentais e instituicoes internacionais relacionados ao comercio. Os resultados indicaram que a China, destacadamente, foi a que apresentou o melhor desempenho economico e promoveu o maior decrescimo de suas tarifas de importacao de quase 80,0%. A ndia praticou uma reducao das tarifas media de 60,0% e o Brasil em 30,0%. Apesar da queda das tarifas de importacao, esses paes passaram a se utilizar barreiras nao tarifarias. A ndia foi o que mais notificou medidas *antidumping* junto a Organizacao Mundial do Comercio medidas *antidumping*, representando 17,6% das medidas mundiais. A China utilizou-se de barreiras tecnicas e foi responsavel por 5,9% do numero de medidas aplicadas, perdendo apenas para os Estados Unidos. O Brasil foi segundo pais com maior numero de barreiras sanitarias e fitossanitarias, representando 8,3% do total de barreiras aplicadas no mundo, tambem estando logo atrs dos Estados Unidos.

Palavra-chave: Polticas comerciais. Tarifas de importacao. Medidas *antidumping*. Barreiras nao tarifarias.

Abstract

This study has the objective to analyze the Brazil's, China's and India's trade policy instruments from 1995 to 2011. The methodology is based on statistical and descriptive methods. The data were collected from governmental and international institutions. The results indicate that China was noteworthy the country with the best economic performance and it has promoted the greatest decrease on import tariff about 80.0 percent in the period. India has reduced 60.0 percent and Brazil, 30.0. In the spite import tariff reduction, these countries have employed nontariff barrier. India was the country that has done the greatest number of *antidumping* notifications to the World Trade Organization. It represented about 17.6 percent world *antidumping* notifications. China has used technical barriers. This nation has issued a proportion equal to 5.9 percent of all world technical barriers notifications. In this trade policy instruments and the sanitary and phytosanitary barrier the United States had the first position. Brazil was the second in terms of number of sanitary and phytosanitary barrier notifications, with 8.3 percent of the world.

*Bacharel em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: fabricao.faccini@hotmail.com.

**Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e Pesquisador no Instituto de Pesquisa Economicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul (IPES/UCS) e no Programa de Pds-Graduacao em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, PPGE/UNISINOS e pesquisador CNPq (PQ). E-mails: dtriches@ucs.br e divanildot@unisinos.br.

***Pesquisadora Pds-Doutorado Programa de Fixacao de Doutores (DOCFIX/FAPERGS-CAPES), no Programa de Pds-Graduacao em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, PPGE/Unisinos. E-mail: marciargodoy@hotmail.com

Key words: Trade policy; Import tariffs, *Antidumping*, Nontariff barriers
JEL Classification: F10, F13, F14.

1 Introdução

O comércio mundial tem se intensificado, sobretudo, nas últimas décadas devido à queda das barreiras comerciais provocadas pelo processo de integração e globalização econômica. Com os mercados mundiais cada vez mais integrados, as políticas comerciais foram direcionadas para a liberdade do comércio, com a finalidade de promover as trocas de bens e serviços entre as nações. O livre comércio tende a ser mais adequado para aumentar o bem-estar nacional, como argumentam Krugman e Obstfeld (2010).

Apesar de o livre comércio ser considerado ideal para as relações entre as nações, há países que exercem políticas a fim de fortalecer o produtor local. As políticas comerciais têm como objetivo a melhoria do padrão do desenvolvimento social. Existem, segundo Silva (1986), inúmeros argumentos em favor a proteção comercial, um deles é a proteção aos níveis de salários e de emprego, pois evita a concorrência de produtos importados produzidos com o fator trabalho mais barato.

Outro argumento usado em favor à proteção comercial é a proteção à indústria nascente. Os países em via de desenvolvimento precisam de proteção contra os produtos importados para iniciar suas atividades. Os produtos importados teriam um custo menor do que o produzido nacionalmente, porém, de acordo com Silva (1986), essa proteção não deve ser permanente, pois prejudicará a melhor eficiência dos fatores.

No contexto da China, da Índia e do Brasil, para Thorstensen (2011), os países têm relevados interesses distintos e políticas de comércio internacional diversas nas negociações internacionais. Nesse sentido, a autora aponta para a timidez do Brasil no uso de instrumentos de defesa comercial. Demonstra ainda que, apesar da intensidade do relacionamento entre China e Índia, o país indiano não se poupou de usar seus instrumentos de defesa comercial contra a China. Tais ações, por integrarem a regra do comércio, não foram usadas de forma política.

Desse modo, O objetivo é analisar os instrumentos adotados nas políticas comerciais pelo Brasil, China e Índia ao longo do período 1995 e 2011. Portanto, isso permite inferir quais os instrumentos de defesa comerciais mais comuns aplicados por parte dos três países selecionados. Nesse sentido, o artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2, encontram-se abordada uma breve revisão teórica e empírica das políticas

comerciais. A terceira traz uma análise sobre o panorama macroeconômico dos países Brasil, China e Índia período analisado. Na quarta seção, abordam-se os instrumentos utilizados pelos países selecionados a fim de proteger a produção doméstica e promover o comércio internacional e o crescimento econômico. Por fim, na quinta seção, encontram-se as conclusões.

2 Caracterização das políticas comerciais

As políticas comerciais são caracterizadas como um conjunto de medidas ou instrumentos usados pelos governos para intervir no comércio internacional. Em geral, tais políticas tendem a favorecer a indústria nacional frente à concorrência estrangeira, ajudar no controle do aumento e redução das divisas e também aumentar a receita do governo. De acordo com Krugman e Obstfeld (2010), os instrumentos de proteção comercial podem estar definidos como impostos sobre algumas transações internacionais, subsídios a outras transações internacionais, limites legais sobre o valor ou o volume de importações específicas e muitas outras medidas. Uma das medidas mais usadas na política comercial pelos países são as tarifas, mas que vem perdendo espaço por meio de barreiras não-tarifárias, tais como cota de importação, restrição de exportações, barreiras técnicas e barreiras sanitárias e fitossanitárias, como aborda Caves et al. (2001).

As estratégias em proteger a produção local podem ser focadas em duas questões básicas. O governo pode optar pela industrialização por meio da substituição de importações. É uma estratégia que limita as importações de bens manufaturados com o objetivo de estimular a indústria doméstica. Isso ocorre quando a nação lança mão de várias restrições comerciais, como tarifas e cotas a fim de substituir as manufaturas importadas por produtos domésticos. A segunda estratégia busca a industrialização orientada para as exportações de bens manufaturados, principalmente para países avançados a qual se mostrou bem-sucedida.

O crescimento observado nos países Brasil, China e Índia ou BIC's vem mostrando a prioridade que cada país vem tomando com relação à proteção comercial. Thorstensen (2011) mostra a atuação desses países com relação ao uso de instrumentos

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 5

de política comercial.¹ O comércio internacional foi o elemento central da política econômica da China, enquanto nos outros dois países, Brasil e Índia, a ênfase foi o desenvolvimento do mercado interno, via expansão da demanda e controle da inflação, deixando o comércio internacional como elemento de ajuste. A participação dos três países na Organização Mundial do Comércio (OMC) também mostra a diferença de perfil dos países com a relação à proteção do comércio. A China usa as regras da OMC para evitar medidas discriminatórias contra suas exportações. Porém esse país é um dos principais alvos da aplicação de medidas *antidumping* devido ao elevado grau de competitividade de suas exportações. Os chineses optaram pela exportação de bens via empresas estatais e empresas estrangeiras e liberalizando suas importações, enfatizando o comércio como centro do desenvolvimento do país.

Para Araujo Jr. e Costa (2010), a principal diferença entre as tarifas de importação entre eles é o nível de proteção aduaneira que o Brasil concede às indústrias de bens intermediários. Normalmente, essas empresas são multinacionais e puderam fixar preços sustentados pelos privilégios concedidos através da proteção supérflua e da liderança tecnológica. Esses bens possuem efeitos de encadeamento em todas as atividades industriais e com isso são determinantes do preço doméstico e, por consequência, do nível de competitividade internacional.

Quatro são as razões citadas por Araujo Jr. e Costa (2010) que podem explicar a moderação de chineses e indianos com relação às tarifas aplicadas em produtos intermediários. A primeira, as tarifas comprometem as estruturas dos custos dos usuários destes bens e prejudicam a eficiência de todo o sistema industrial e independentemente do nível da taxa de câmbio em cada país. As firmas chinesas e indianas tenderão a ser mais competitivas. A segunda razão é a dificuldade em substituir insumos locais por similares importados, que geram proteção natural aos produtores locais, tornando supérflua a tarifa aduaneira. A firma que usa um produto de um fornecedor nacional que atende suas necessidades só passará a adquirir um insumo produzido no exterior em situações extremas. Haverá um risco cambial e dos custos logísticos e ainda um risco de implicações nas rotinas produtivas da empresa. Portanto, mesmo com um preço mais barato, a firma hesitará em substituir por um importado.

¹ Outros estudos sobre o tema são Abreu (2001), Araujo Jr. e Costa (2010), Gomez et al. (2012), Levy et al. (2006), Neto (2012), Nonnenberg et al. (2008), Oliveira et al. (2010), Thorstensen (2011), Thorstensen et al (2012) Vieira e Verissimo (2009), *inter alia*.

A terceira é de que a configuração das indústrias nacionais de bens intermediários é monopolista ou oligopolista, e a maioria dos usuários destes bens é desconcentrada. Com isso, as empresas de produtos intermediários tem o poder de conseguir o apoio da proteção aduaneira. Finalmente, o ritmo de inovações no processo de produção destes bens foi intenso durante a segunda metade do Século XX nas empresas que estão instaladas no Brasil, na China e na Índia. Com isso, o único papel da tarifa é o de ampliar o poder de mercado que já é conferido pela liderança tecnológica.

A evolução da participação das nações emergentes no comércio internacional é detalhada no estudo de Oliveira et al. (2010). A China apresentou um crescimento elevado, tornando-se um dos principais exportadores e importadores mundiais. O governo local tem valorizado as empresas com setor intensivo em tecnologia de ponta, além de usar o investimento estrangeiro direto aliado com as empresas estatais para fortalecer a produção local e direcionar as exportações para o setor de tecnologia. Os incentivos fiscais e financeiros especificamente eram concedidos desde que parte fosse exportada. Aliando o investimento estrangeiro com a disseminação de tecnologia destas empresas, as empresas chinesas conseguiram aumentar sua competitividade externa nesses setores estratégicos.

No caso da Índia, Oliveira et al. (2010) mostram que aquele país teve um crescimento bem menor comparado com a China. Os instrumentos de políticas de promoção praticados na Índia combinavam incentivos à modernização e proteger a estrutura produtiva local, através de programas específicos. A Índia teve um processo de reforma no comércio diferente da China, as reformas ficaram restritas ao processo de abertura da economia. No Brasil, as reformas foram também através da abertura da economia. O país fez uso das reformas estruturais em sua política comercial e a abertura do mercado à concorrência internacional fez com que a entrada de importados aumentasse e acabando com os mecanismos de incentivo as exportações, aliado à manutenção do câmbio altamente valorizado.

Os estudos empíricos demonstram que os três países usaram as políticas comerciais para aumentar o seu comércio internacional, porém a China teve um dinamismo no processo de abertura da economia. Esse dinamismo potencializou os resultados econômicos e fez com que o crescimento fosse maior do que os outros países do BIC.

3. Análise do Perfil Macroeconômico de Brasil, China e Índia

As economias desenvolvidas ainda não se recuperam da crise iniciadas em 2008. Com isso, os países caracterizados com mercado emergente vêm ganhando destaque na economia mundial. Os indicadores macroeconômicos observados na economia brasileira, indiana e, sobretudo, na chinesa vêm indicando essa tendência crescente. As taxas de crescimento econômico, no período de 1999 a 2011 estão reportadas na Tabela 1. Nota-se que o de crescimento real da economia chinesa foi em média de 9% ao ano. As maiores elevações do produto são observadas nos anos de 2006, 2007 e 2010 a qual foi superior a 10,0% ao ano. A alta competitividade externa dos produtos chineses sustentou o crescimento da economia e a consolidou com uma das maiores do mundo. Segundo Nonnenberg et al. (2008), essa alta competitividade chinesa são atribuídas a fatores como os baixos custos da mão de obra, altos investimentos diretos externos e a existência de economias de escala.²

Em seguida, desponta a economia indiana também com elevada taxa de crescimento, com 7,0% em média anual no período de 1999 a 2011. Os maiores desempenhos da economia foram os mesmos períodos revelados pela China. Sendo que, em 2010, a taxa de crescimento do produto indiano foi ainda ligeiramente mais elevada do que aquele observado no país asiático vizinho. Para Vieira e Verissimo (2009), o forte crescimento real da economia indiana está relacionado com a baixa inflação e o aumento expressivo nas exportações de bens e serviços, especialmente de serviços relacionados à tecnologia da informação.

Tabela 1 – Taxa de crescimento real do produto no Brasil, China e Índia no período de 1999 a 2011 (%)

País	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
Brasil	0,8	4,2	1,9	1,0	-0,2	5,1	2,3	3,7	5,4	5,1	-0,2	7,5	2,7	3,0
China	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	9,1	9,1	10,2	11,9	9,0	9,1	10,3	9,2	9,0
Índia	5,5	6,0	5,3	4,3	8,3	6,2	8,4	9,2	9,0	7,4	7,4	10,4	7,2	7,3

Fonte: CIA (2013)

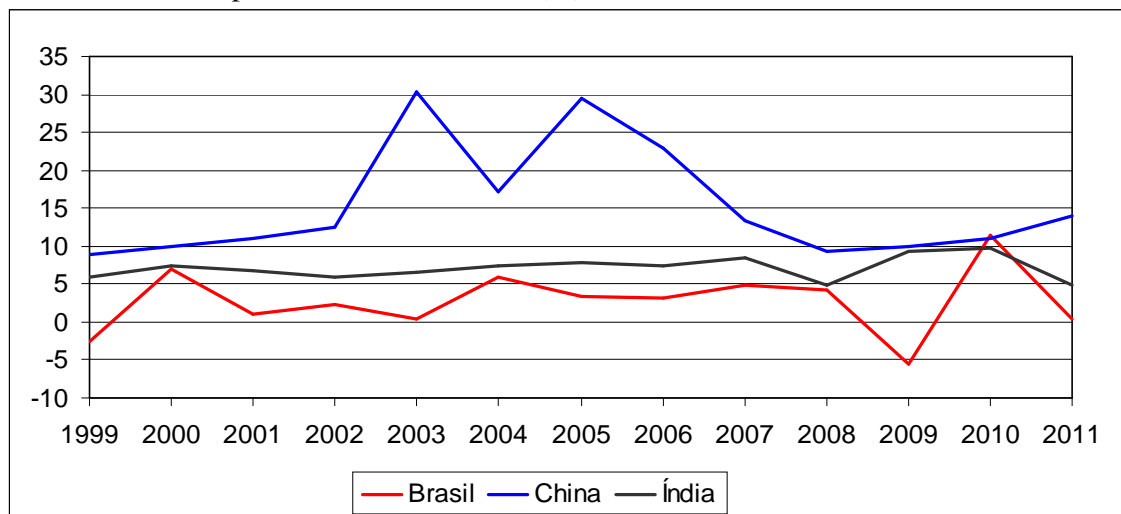
Observa-se ainda por meio da tabela 1, que dentre as três economias analisadas, o Brasil tem apresentado o pior desempenho, com uma taxa média anual de 3,0% entre 1999 a 2011. O crescimento da economia brasileira foi negativo em 2003, com 0,3% e 2009 com

² O estudo cita que, em 2006, enquanto o Brasil produzia 32 milhões de toneladas de aço bruto, devido a produção em escala, a China produzia 220 milhões, ou seja, quase sete vezes mais.

0,2%. Já o melhor resultado foi registrado somente em 2010 em que a taxa de crescimento ficou 0,2 pontos percentuais acima da média da economia indiana.

A taxa de crescimento da produção industrial nos três países ao longo do período de 1999 a 2011 é ilustrada na figura 1. Naturalmente, a taxa de crescimento do setor industrial chinês seguiu a tendência do produto. Observa-se, contudo, os picos de aumento da produção da indústria foram em 2003 e 2005, chegando aproximadamente a 30,0% ao ano. Já o menor desempenho foi registrado em 2008 com abaixo de 10,0%. A média de crescimento da indústria chinesa, considerando-se o período como um todo foi de 15,4% ao ano. A produção industrial indiana, por sua vez, sempre se manteve oscilando no intervalo de cerca de 5,0% a 10,0% ao longo do período de 1999 a 2011. A média anual de crescimento do setor, nesse período, foi 7,12%. O menor desempenho da indústria também foi verificado em 2008, com 4,8%.

Figura 1: Taxa de Crescimento da produção industrial do Brasil, China e Índia no período de 1999 a 2011 (%)



Fonte: CIA (2013)

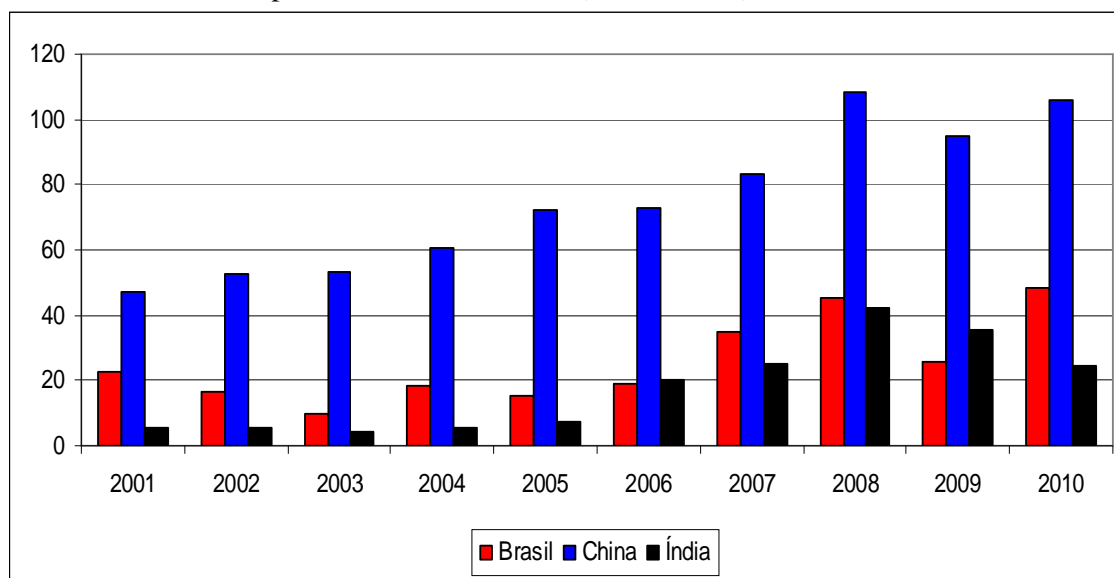
A taxa de crescimento da produção industrial no Brasil revelou um aumento anual muito baixo, oscilando entre cerca de 5,0% negativo a 10,0%, com média de apenas foi de 2,8% ao ano no período de 1999 a 2011. No ano de 2009, a taxa de crescimento industrial mostrou seu menor nível desde 1999, alcançando um crescimento negativo de 5,5%. Esse resultado se deu em função ao reflexo da crise internacional e após isso o governo decidiu investir no mercado interno a fim de recuperar a economia. A estratégia surtiu efeito e a taxa de crescimento da produção industrial alcançou o seu maior nível no

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 9

período analisado em 2010, com 11,5%. Nota-se, por fim, que o único ano, em que os três países observados tiveram um crescimento parecido foi em 2010, em que a China cresceu 11,0%, o Brasil 11,5% e a Índia 9,7% com relação ao ano imediatamente anterior.

A evolução dos investimentos diretos no Brasil, China e Índia entre 2001 a 2010 encontra-se na figura 2. Nota-se que, no Brasil, a média de volume de entrada de investimentos diretos vindo do exterior, no período, ficou em US\$ 25,5 bilhões. Essa média teve um aumento a partir do ano de 2007, onde o país quase dobrou o volume de investimento direto recebido, passando de US\$ 18,8 bilhões em 2006, para US\$ 34,6 bilhões em 2007. A média de investimento recebido, entre 2001 a 2006 era de quase US\$ 17,0 bilhões. Após o ano de 2007, a economia brasileira mudou de nível, registrando uma média, nos anos seguintes, ou seja, 2008 a 2010, de US\$ 38,5 bilhões. De acordo com Lacerda e Oliveira (2009), o período de 1999 até 2011 foi positivo em termos de fluxos de investimento externo direto para a economia brasileira. O país foi beneficiado pela atratividade de investimento externo direto por parte do setor de produção primária a qual apresentou uma elevação da demanda e nos preços no mercado internacional. Outros fatores que influenciaram a entrada de investimento foram às condições macroeconômicas favoráveis como a taxa de inflação e contas públicas estáveis, contas externas superavitária, além do crescimento da demanda interna.

Figura 2: Evolução do investimento externo direto no Brasil, na China e na Índia no período de 2001 a 2010 (US\$ bilhões)



Fonte: UNCTAD (2013).

O investimento estrangeiro direto na China tem aumentado quase que continuamente no decorrer do período de 2001 a 2010. Verifica-se que apenas entre 2008 e 2009 houve uma queda de aproximadamente 12,0%. A média de entrada de investimentos na China durante esse período foi de cerca de US\$ 75,0 bilhões. Isso mostra que a China é um dos principais destinos dos investimentos globais e entre os três países analisados. Segundo Gómez et al. (2011), com as reformas estruturais implementadas em 1992 e com o ingresso da China na OMC em 2001, houve uma transformação na organização produtiva chinesa. Essa transformação foi ocasionada, principalmente, pela promulgação de uma série de políticas econômicas de teor liberalizante, contribuindo para o crescimento do investimento estrangeiro na China. Após essa mudança, o fluxo de investimentos manteve-se crescente e o único período de oscilação foi a retração ocorrida em 2009, que se deu como reflexo da crise do sistema econômico mundial.

Assim como a China e o Brasil, o volume de investimentos estrangeiros diretos na Índia vem mantendo uma tendência crescente. A diferença é constatada entre dois intervalos, isto, é, no primeiro, entre 2001 e 2005, a economia indiana recebia poucos recursos estrangeiros, a média do período era de US\$ 5,8 bilhões por ano. Já, no segundo entre 2006 e 2010, a média subiu para aproximadamente US\$ 30,0 bilhões por ano. O crescimento de montante de investimentos estrangeiros diretos, em 2006 em relação ao ano anterior chegou a quase 170,0%. Essa mudança foi originada em função de política de liberalização que o governo indiano adotou, em 2005, que permite uma participação dos investimentos estrangeiros diretos em 100% dos empreendimentos. Esse fato estimulou entrada de novos investimentos e que impactou substancialmente o estoque de capitais externos no país.

A análise do mercado externo do Brasil, da China e da Índia permite avaliar as políticas comerciais usadas pelos respectivos países. A figura 3 ilustra a evolução das exportações realizadas pelo Brasil, China e Índia no período de 1999 a 2011. Nota-se que as exportações chinesas mostraram uma tendência altamente crescente, transformando o país um dos maiores exportadores mundiais. As exportações, em média, cresceram a taxa de 24,0% ao ano ao longo do período, passando acima de US\$ 1,90 trilhão.³ Em termos

³ Já, em 2010, a China, com exportações de US\$ 1,578 trilhão, manteve sua posição de líder mundial deslocando os Estados Unidos, com US\$ 1,278 trilhão e a Alemanha, com US\$ 1,269 trilhão, que tradicionalmente figuravam nas primeiras posições das exportações, como mostra Thorstensen (2011).

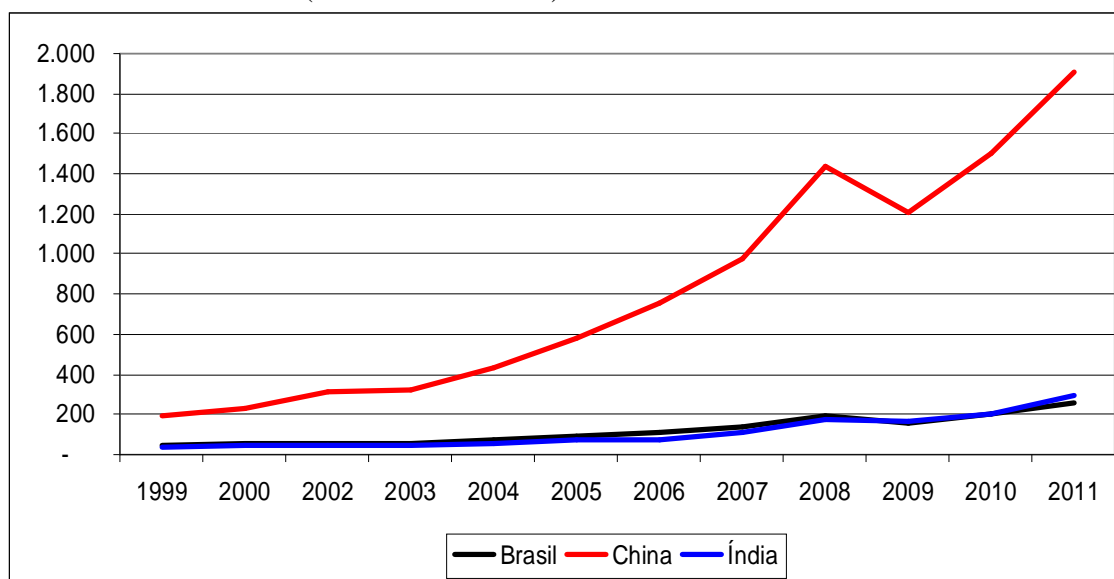
Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 11

absolutos, isso significa uma média anual das vendas externas da ordem de US\$ 821 bilhões.

Esse crescimento foi influenciado pela pauta da exportação que é focada em bens com um alto valor agregado. Os principais produtos da pauta chinesa, segundo a Apex Brasil (2010), são as máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para o processamento de dados e o de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia.

As exportações brasileiras estão bem abaixo quando comparadas com o montante das exportações chinesas. Contudo, nota-se que a taxa de crescimento exportações brasileiras se elevou praticamente na metade do ritmo apresentado pelas exportações chinesas. O único ano em que o valor total das exportações brasileiras apresentou uma queda foi 2009 em relação a 2008, com uma retração de 22,7%. Em termos absolutos, o valor médio das exportações, no período de 1999 a 2011, foi de US\$ 120 bilhões.

Figura 3: Evolução exportações totais do Brasil, China e Índia no período 1999-2011 (em bilhões de US\$)



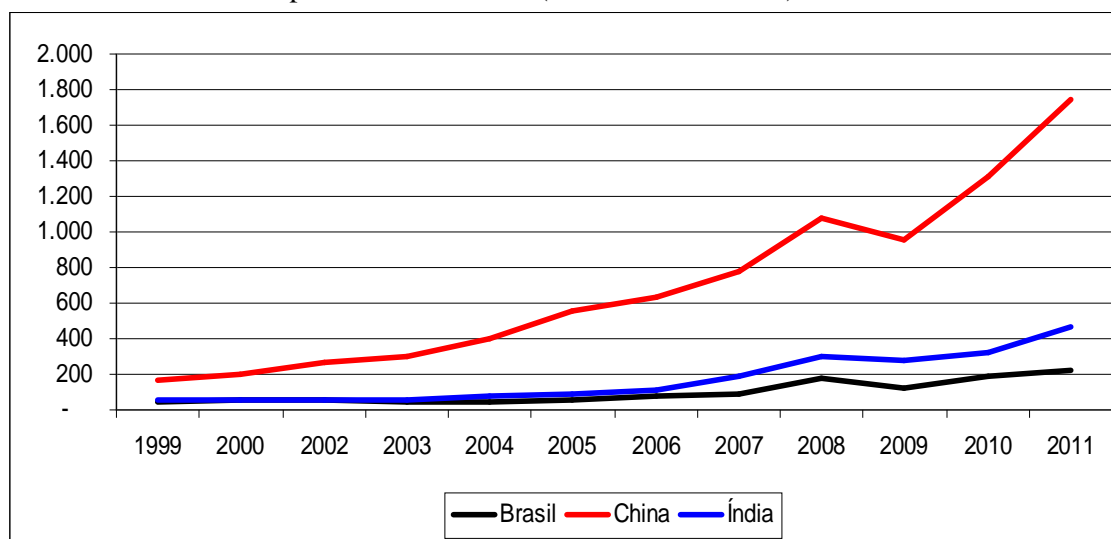
Fonte: CIA (2013)

A evolução das exportações indiana foi um pouco semelhante a do Brasil. O único decréscimo registrado no valor dos produtos embarcados ao exterior pela Índia foi também ao período relacionado com crise financeira internacional. Nesse caso, as exportações apresentaram um arrefecimento de 4,6%, em 2009, em comparação com ano anterior. Quanto à média das exportações indiana ao longo de todo o período, foi US\$ 110 bilhões anuais.

O fato das exportaes brasileiras e indianas serem bem inferiores em relao as chinesas, em termos absolutos, tambm diz a respeito de que essas exportaes serem focados em produtos com menores valores agregados, principalmente no mercado de matrias-primas. No caso brasileiro, os produtos so minrio de ferro, soja e caf no e, no indiano, so a fabricao de produtos txteis, qumicos, alimentares e minerais, portanto bens manufaturados de baixo valor agregado.

A figura 4 mostra o comportamento das importaes totais do Brasil, da China e da ndia no perodo de 1999 a 2011. Constata-se que o crescimento das importaes chinesas passou a ser praticamente exponencial, principalmente, no perodo ps-crise financeira internacional de aproximadamente US\$ 1,0 trilho, em 2009, para US\$ 1,7 trilho no final de 2011, contra apenas US\$ 166 bilhes em 1999. Isso representa uma taxa mdia de crescimento de 21,4% ao ano ao longo de todo o perodo.⁴ As importaes tiveram uma queda somente em 2009 frente a 2008, com cerca de 11,0%. A maior parte das importaes chinesas so insumos bsicos para a indstria local e bens de consumo para atender o enorme mercado interno. Segundo a Apex Brasil (2010), os principais itens da pauta de importao chinesa so materiais eletrnicos bsicos, petrleo e gs natural e o minrio de ferro.

Figura 4: Comportamento das importaes totais brasileiras, chinesas e indianas no perodo 1999-2011 (em bilhes de US\$)



Fonte: CIA (2013)

⁴ Thorstensen (2011) Mostra tambm que, nas importaes em 2010, os Estados Unidos ainda lideraram o comrcio internacional com US\$ 1,968 trilho contra US\$ 1,395 trilho da China e US\$ 1,067 trilho da Alemanha.

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 13

As importações brasileiras ao longo do período de 1999 a 2011 apresentaram um crescimento relativamente mais baixo, dentre os três países analisados, além de serem também menores em termos absolutos. No período entre 1999 a 2005, Brasil e Índia registravam praticamente as mesmas cifras importadas. Após isso, a Índia apresentou um crescimento maior. As compras externas brasileiras encerraram 2011 com cerca de US\$ 220,0 bilhões, enquanto a Índia demandou do exterior, nesse ano, mais que dobro com aproximadamente US\$ 461,0 bilhões. Os produtos de bens de capital, como máquinas, equipamentos elétricos e de transporte, e manufaturado, como produtos químicos, petróleo, autopeças e produtos eletrônicos, foram os que exibiram as maiores participações da pauta de importações brasileira.

A Índia, por sua vez, mostrou um crescimento destacado das importações a partir de 2004, com um crescimento de 38,0% relação ao ano anterior. Já nos três anos seguintes, esse crescimento foi ainda bem mais elevado, ou seja, as importações indianas cresceram 66,0% em 2007 frente ao mesmo período imediatamente anterior. As compras externas desse país, segundo a Unctad (2013) é concentrada em matérias-primas, como combustíveis, pérolas, ouros e pedras e bens de capital, basicamente, máquinas elétricas e mecânicas.

Destaca-se ainda que o saldo da balança comercial foi altamente superavitário na economia chinesa. Esse resultado também pode ser verificado na economia brasileira, mas em níveis menores e decrescentes. Por outro lado, a economia indiana tem revelado déficits persistentes nas suas contas de comércio e crescente. Por exemplo, o déficit registrado por aquele país, em 2005 era cerca de US\$ 13,0 bilhões e, em 2010, para aproximadamente US\$ 52,0 bilhões.

Por fim, em termos de participação no comércio global, a China passou do quinto lugar no final da década de 1990, com 5% das exportações totais, para o segundo, com 13,3% das exportações totais. A Índia passou do vigésimo, com 0,95% do total das exportações, para o décimo quarto, com 1,8% do total. O Brasil passou de décimo nono, com 1,1% do total, para décimo sexto ou 1,7% do total. Isso demonstra novamente que Índia e Brasil vêm crescendo a um ritmo menor que o da China ao longo da década.

4. Análise dos efeitos das políticas comerciais de Brasil, China e Índia

A estrutura tarifária das políticas comerciais brasileiras tinha sido altamente restritiva principalmente ao longo da década de 1960 até o final da década de 1980. A

partir de 1988, iniciou-se um processo de liberalizao comercial no pas o qual passou por avanos mais substanciais durante o perodo do governo Collor. A reduao da tarifa persistiu em vrios segmentos industriais brasileiros e para economia como um todo ao longo dos anos de 1999 a 2009 como revela a tabela 2. Nota-se a tarifa mdia total foi reduzida 16,5% em 2000 para 9,4% no final de 2009, – seu menor nvel foi em 2006 com 7,3%. Isso representa uma queda superior a 40,0%.

No que tange a mquinas e equipamentos, a reduao tarifria de importaes passou 18,9% para 9,6% e outros manufaturados de 17,0% para 14,5% ainda considerando os anos 2000 e 2009, com reduao de aproximadamente 50,0% e 15,0% respectivamente. O maior contraste foi verificado nas tarifas aplicadas sobre as importaes de produtos de minrios de ferro as quais passaram de 7,5% para 0,7% ao longo do perodo. Nesse caso, em termos relativos, a barreira tarifria teve uma queda de cerca de 90,0%. Outra queda bastante significativa foi encontrada nos produtos da categoria dos qumicos com uma reduao de 11,9% para 4,7%. Nota-se ainda que a menor tarifa registrada para a maioria dos segmentos analisados foi em 2006 com o segmento de mquinas e equipamentos de transporte e outros manufaturados.

Tabela 2 – Evoluo da tarifa mdia efetiva brasileira sobre as importaes no perodo de 1999 a 2009 (%)

Ano	Minrio e metais	Qumicos	Mquinas e Equipamentos de Transporte	Outros manufaturados	Total
1999	6,7	8,2	16,4	13,2	13,5
2000	7,5	11,9	18,9	17,0	16,5
2001	6,9	10,8	17,1	16,3	15,1
2002	5,8	9,4	15,7	15,7	13,7
2003	5,9	9,4	13,2	15,0	12,2
2004	3,1	4,9	9,5	12,0	8,4
2005	2,3	4,4	8,8	12,0	8,1
2006	0,4	4,6	7,9	11,8	7,3
2007	0,4	4,6	9,4	12,1	8,0
2008	0,5	4,1	9,6	13,2	8,5
2009	0,7	4,7	9,6	14,5	9,4

Fonte: Banco Mundial

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 15

O perfil tarifário indiano mostrava-se extremamente restritivo até meados da década de 1980. Segundo Neto et al. (2012), as tarifas médias de importação eram elevadas e os produtos eram altamente protegidos por restrições quantitativas. Com a crise do balanço de pagamentos do início dos anos 1990 e o endividamento público, a Índia teve que alterar a sua política tarifária. O país pôs em curso uma política de diminuição das tarifas de importação. As tarifas médias aplicadas pela Índia eram de 19,4% no ano de 1997, como revela a tabela 3, e passaram para 29,4% nos dois anos seguintes. Após tarifas médias caíram continuamente até 2008 as quais atingiram o seu nível mais baixo de 5,5%. Houve, posteriormente em 2009, uma ligeira elevação para 7,6%. Considerando-se o período como um todo, a queda das tarifas médias indianas foi superior a 60,0%.

A média, ao longo do período de 1997 a 2010, foi de 16,7% para os produtos minerais, metais e químicos, enquanto os produtos de maior valor agregado, as máquinas e equipamentos e outros manufaturados tiveram uma média de 17,0%. Na Tabela 3, verifica-se ainda que houve uma queda acentuada das tarifas a partir de 2005. Essa redução foi refletida pelas ações do governo indiano que buscavam aproximar suas tarifas daquelas aplicadas pelos países do leste da Ásia. A queda da tarifa média aplicada pela economia indiana, entre 2004 e 2005, foi de cerca de 52,0%.

Tabela 3 – Evolução da tarifa média efetiva indiana sobre as importações no período de 1999 a 2009 (%)*

Produtos	Minério e metais	Químicos	Máquinas e equipamentos de transporte	Outros manufaturados	Total
1997	21,6	25,3	22,2	12,7	19,4
1999	24,8	29,8	27,1	35,0	29,6
2001	22,0	28,6	21,5	30,6	25,9
2004	20,4	25,6	21,2	29,0	24,3
2005	11,3	14,2	8,3	15,0	11,6
2007	8,5	11,9	9,3	13,9	10,9
2008	3,4	6,6	6,3	4,6	5,5
2009	5,9	7,0	7,5	8,6	7,6

Fonte: Banco Mundial

* Os intervalos existentes entre períodos são devido à dificuldade de obter as informações estatísticas sobre a tarifação dos produtos.

A abertura comercial chinesa vinha em ritmo bastante lento, desde o fim dos anos 1970 até o final dos anos 1980. Os protestos na Praça da Paz Celestial ocorridos em 1989 foi o evento marcante para o início da abertura comercial chinesa. A partir disso, país começou uma grande onda de liberalização comercial e de atração de investimentos estrangeiros. Esses fatores tiveram como consequência quedas significativas nas barreiras tarifárias e na eliminação em entraves na conta de capital estrangeiro. A Tabela 4 reporta, especificamente, a evolução da tarifa média efetiva chinesa sobre as importações. Verifica-se que a tarifa média passou de 19,3%, em 1996, para 3,7% em 2006 que representa uma redução de aproximadamente 80,0%. Já, em 2007, tarifa média cresceu para 5,0%, mas após retornou a cair, encerrando 2009 com 4,0%.

Tabela 4 – Evolução da tarifa média efetiva chinesa sobre as importações no período de 1999 a 2009 (%)

Produtos	Minério e metais	Químicos	Máquinas e equipamentos de transporte	Outros manufaturados	Total
1996	5,6	17,0	16,5	25,4	19,3
1997	4,5	14,3	13,9	19,3	15,4
1998	4,9	14,3	14,7	18,8	15,4
1999	5,2	14,0	13,4	18,1	14,4
2000	5,0	13,8	12,7	16,9	13,5
2001	4,1	13,2	12,2	15,5	12,6
2003	2,6	8,6	4,2	8,9	5,9
2004	1,8	7,8	3,6	8,1	5,2
2005	1,6	7,1	3,1	7,6	4,6
2006	1,2	5,5	2,4	6,9	3,7
2007	1,2	5,9	4,5	7,8	5,0
2008	0,6	5,4	4,1	7,5	4,5
2009	0,4	5,0	4,0	6,8	4,0

Fonte: Banco Mundial

A redução ou a eliminação de alguns instrumentos clássicos de políticas comerciais, como as tarifas e quotas, veio dar espaço para outros tipos de mecanismos. Um dele, muito usual, que vem sendo exercido para proteção comercial refere-se a

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 17

medidas *antidumping*.⁵ O alvo dessas medidas são as empresas exportadoras com práticas de discriminação dos preços que pode causar o dano à indústria local do país importador. Assim, no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2010 foram iniciados junto a OMC, 3.853 processos de *dumping* e foram aplicadas 2.495 medidas, representando uma taxa de aplicação de cerca de 65,0% com relação ao número de processos iniciados. A diferença entre os processos inicializados e sua efetiva aplicação pode ser explicada pela demora na decisão, além da decisão de não aplicação, da defesa pelo governo acusado e por eventuais acordos entre as partes envolvidas.

O Brasil está entre os membros da OMC que mais utilizam os instrumentos de defesa comercial e de salvaguarda. Porém, ainda tem um total de medidas aplicadas inferior à China e Índia. Por meio da tabela 5, observa-se que foram iniciados 111 processos de investigação de *antidumping* contra o Brasil, que resultaram na imposição de 80 medidas contra o país no período de 1995 a 2010. Essas cifras representam 2,9% dos processos iniciados e 3,21% das medidas aplicadas em termos mundiais. A média de processos iniciados durante o período de 1995 a 2010 foi de quase sete processos por ano, sendo que a média de medidas aplicadas foi apenas de cinco.⁶

Tabela 5 – Investigações inicializadas e medidas aplicadas de *antidumping* 1995-2010*

País		Contra ao país		Pelo país	
		I	M	I	M
Brasil	Total	111	80	216	106
	Média	6,9	5,0	13,5	6,6
China	Total	804	590	186	145
	Média	50,3	36,9	11,6	9,1
Índia	Total	149	91	617	440
	Média	9,3	5,7	38,6	27,5

Fonte: WTO (2013)

* Média anual e total no período

Nota: I refere-se aos processos inicializados e M, as medidas aplicadas.

⁵ São medidas utilizadas contra importações desembarcadas num determinado país com preço abaixo do valor de venda normal praticado no mercado de origem.

⁶ Os países que mais iniciaram processos contra o Brasil foram Argentina e Estados Unidos e os setores mais afetados foram os de metais, máquinas e equipamentos e plásticos.

O pas tambm iniciou 216 investigaes de ocorrncia de *dumping* e aplicou 106 medidas contra os outros pas membros da OMC. Isso representa 5,6% dos processos iniciados na OMC e as medidas aplicadas pelo pas representam 4,25% do total dessas medidas. A mdia de investigaes iniciadas no perodo foi de 13,5 processos por ano, enquanto as medidas aplicadas foram 6,6 ao longo do referido perodo.

A China foi o pas que mais sofreu com medidas *antidumping* na OMC, 20,9% das investigaes foram contra o pas, recebendo 23,6% do total das medidas aplicadas. Foram inicializados 804 processos contra a China e desse total, 590 medidas aplicadas de 1995 a 2010. Desse modo, a mdia anual de processos contra a economia chinesa foi de 50,3 investigaes que resultou na mdia de medidas efetivas de *antidumping* aplicadas 36,9 medidas por ano. Esse fato pode ser explicado pelo elevado grau de competitividade de suas exportaes, promovidas pelo baixo custo de sua mo de obra e pela agressiva poltica de desvalorizao cambial. Os membros que mais requereram e aplicaram as medidas *antidumping* foram ndia, Estados Unidos e Unio Europeia.

Por outro lado, a China iniciou 186 investigaes e aplicou 145 medidas *antidumping*. A mdia de investigaes iniciadas no perodo analisado foi de 11,6 processos por ano e foram aplicadas, em mdia, 9,1 medidas por ano. Estes dados representam 4,8% do total de processos iniciados pela OMC no perodo entre 1995 e 2010 e 5,8% do total de medidas antidumping aplicadas no mesmo perodo. Os pas mais afetados pelas medidas *antidumping* iniciadas pela China foram a Coreia do Sul, o Japo e os Estados Unidos.

Ainda na tabela 5, verifica-se que foram inicializados 149 processos contra a ndia os quais resultaram 91 medidas efetivamente aplicadas. A mdia de processos iniciados contra a ndia ao longo do perodo entre 1995 e 2010 foi de 9,3 investigaes por ano e foram aplicadas, em mdia, 5,7 medidas antidumping contra o pas por ano. Os membros da OMC que mais demandaram as medidas *antidumping* contra a ndia foi a Unio Europeia, com 17 medidas e os Estados Unidos, com 13 medidas.

A ndia foi tambm o pas entre os trs analisados que fez uso dos mecanismos de defesa comercial ou que mais requereu investigao de medidas *antidumping* entre os membros da OMC, porcm ele no se caracterizou como o mais afetado por essas prticas. A economia indiana propôs 617 investigaes, obtendo a aplicao de 440 de medidas *antidumping*. A mdia do perodo foi de 38,5 processos inicializados contra uma mdia de 27,5 medidas aplicadas por ano. Os processos iniciados pela ndia representam 16,0%

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 19

das investigações iniciadas pela OMC ao longo do período de 1995 a 2010, e as medidas aplicadas pelo país no mesmo período correspondem a 17,6% do total. O país que foi mais prejudicado pelas medidas *antidumping* da Índia foi China, que passou por 142 processos inicializados e 109 aplicações de medidas.

As barreiras não-tarifárias como as técnicas, as sanitárias e as fitossanitárias são outra forma de proteção comercial usada com frequência pelos os países.⁷ A tabela 6 ilustra o total das barreiras técnicas aplicadas anualmente pelo Brasil, China e Índia no período de 1995 a 2010. Nota-se que o Brasil possuía um total de 550 medidas de barreiras técnicas informadas ao Comitê de Barreiras Técnica ao Comércio. Isto representava 4,1% do total mundial de barreiras técnicas informadas ao comitê e com uma média de 33,1 barreiras adotadas anualmente.

Tabela 6 – Total de barreiras técnicas aplicadas por ano de Brasil, China e Índia no período de 1995 a 2010.

País	Medidas	%/Mundial	Média anual
Brasil	530	4,1	33,1
China	772	5,9	48,3
Índia	87	0,7	5,4
Demais países	11.586	89,3	724,1
Total mundial	12.975	100,0	810,9

Fonte: WTO (2013)

A China foi o que mais remeteu notificações de barreiras técnicas aplicadas entre os três países analisados com 772 medidas e somente perdeu, em termos mundiais, para os Estados Unidos, que notificaram 805, como mostra WTO (2013). O país asiático registrou uma média de 48,3 medidas por ano e detinha 5,9% do total mundial de barreiras técnicas.

A Índia possuiu um perfil diferente com relação à aplicação de barreiras técnicas, conforme foi do constatado no uso de medidas *antidumping*. O país aplicou o menor número de barreiras entre os países analisados, ou seja, foram notificadas apenas 87 barreiras técnicas entre 1995 e 2010. Isso equivale a uma média de apenas 5,4 medidas por ano. A pouca participação no uso dessas medidas reflete na proporção com o mundo que foi de 0,7% do total de medidas informadas ao Comitê de Barreiras Técnica ao

⁷ As barreiras técnicas são restrições ao fluxo do comércio relacionadas às características dos produtos ou ao processo e método de produção dos produtos a serem importados, as quais dizem a respeito da terminologia, símbolos, embalagens, marcas e etiquetas aplicadas aos produtos ou a seus métodos de produção. As barreiras ou as medidas sanitárias e fitossanitárias são restrições à importação de mercadorias a fim de proteger a vida animal e a saúde humana e proteger plantas e vegetais de doenças.

Comrcio. Conjuntamente, os trs pasres participavam cerca de 11,0% do total mundial desse tipo de notificaes.

O total de barreiras sanitrias e fitossanitrias, que foi notificado pelo Brasil, China, ndia e os demais pasres junto ao Comitê de Medidas Sanitrias e Fitossanitrias da OMC, encontra-se reportado na tabela 7. Observa-se que esse total foi de 8.198 medidas no perodo de 1995 a 2010, com a mdia anual de 512,4 barreiras. O Brasil registrou 681 notificaes de barreiras sanitrias e fitossanitrias, na OMC com uma mdia de 42,6 medidas aplicadas por ano o que representou 8,3% do total mundial, somente, segundo WTO (2013), perdendo para os Estados Unidos com 2.050 medidas ou 25,0% do total desse tipo medidas de restrio ao comrcio internacional.

Tabela 7 – Total de barreiras sanitrias e fitossanitrias notificadas do Brasil, China e ndia no perodo de 1995 a 2010.

País	Notificaes	%/Mundial	Mdia anual
Brasil	681	8,3	42,6
China	471	5,7	29,4
ndia	64	0,8	4,0
Demais pasres	6.982	85,2	436,4
Total mundial	8.198	100,0	512,4

Fonte: WTO (2013)

A China é o terceiro pas com maior nmero de barreiras sanitrias e fitossanitrias emitidas ao longo do perodo de 1995 a 2010 com 471 medidas, correspondendo a 5,7% do total mundial. Isso representou uma mdia anual 29,4 medidas notificadas junto ao OMC. Novamente, a ndia se utilizou em menores propores desse instrumento de proteeo comercial, registrando somente 64 medidas iniciadas no perodo de 1995 a 2010, com uma mdia de apenas quatro barreiras aplicadas por ano. Os trs pasres conjuntamente detinham uma participao em torno de 15,0% do total mundial, portanto, um pouco acima da proporo das medidas tcnicas remetidas para a OMC.

Em sntese, os resultados obtidos permite inferir que a reduo das barreiras tarifrias formais implementadas pelo Brasil e pela China e pela ndia foi, de certa forma, substitudas pelo aumento das barreiras no tarifrias. Nessa direeo esto as medidas *antidumping*, medidas tcnicas e as medidas sanitrias e fitossanitrias. No perodo em anlise, o Brasil e a China utilizaram com mais frequncia às barreiras no tarifrias. O Brasil aplicou com mais constncia as barreiras sanitrias e fitossanitrias, enquanto a

China, as barreiras técnicas. Já a Índia tem empregado com mais assiduidade as medidas *antidumping* para proteger a produção local.

5 Conclusões

As políticas comerciais podem ter como finalidade a proteção da indústria doméstica para aumentar a sua competitividade *vis-à-vis* concorrência externa. As políticas de comércio internacional adotadas por Brasil, China e Índia foram determinantes para aumento do grau de abertura aos mercados externos e consequente aumento de sua participação.

Os resultados indicaram que disparadamente a economia chinesa foi que apresentou as maiores taxa de crescimento econômico entre os três países analisados ao longo dos anos de 1995 a 2011. Esse comportamento também é observado em outras variáveis macroeconômicas. A economia chinesa foi a que atrai maiores volumes de investimentos externos diretos. No período de 2001 a 2010, A China registrou uma média anual de cerca de US\$ 75,0 bilhões contra uma média de aproximadamente US\$ 30,0 bilhões do Brasil e US\$ 18,0 da Índia. Nessa direção, segue o montante exportado, valor comercializado pelos chineses, em 2011, somou US\$ 1,9 trilhão, enquanto Índia registrou US\$ 299 bilhões e o Brasil, US\$ 256 bilhões.

No que concerne ao emprego de política comerciais, nitidamente elas foram utilizadas pelos Brasil, China e Índia no sentido de uma redução substancial das tarifas médias de importação. Os resultados permitem concluir que os dois países asiáticos promoveram uma queda mais expressiva das tarifas; a China, com quase 80,0% e Índia, com 60,0%, seguindo pelo Brasil, com uma redução de 30,0%.

A queda das tarifas de importação fez com que os países passassem a usar outros instrumentos de defesa comercial, com isso aumentou o número de medidas *antidumping* e de barreiras técnicas e barreiras sanitárias e fitossanitárias. A Índia foi, dentre os três, o que mais emitiu medidas *antidumping*, representando quase um quinto do total mundial. O Brasil e a China destacaram-se por optar pelas barreiras não tarifárias do tipo técnicas e sanitárias e fitossanitárias. A China impôs 772 barreiras técnicas, com uma média de 48,3 medidas por ano. A proteção por parte das barreiras técnicas é alta devido às exportações de bens manufaturados, que representam uma grande parcela da produção chinesa. O Brasil aplicou 681 medidas sanitárias e fitossanitárias com uma média de 42,6 medidas por ano e representando um total de 8,3% do total de barreiras aplicadas no

período entre 1995 e 2010, somente perdendo pelos Estados Unidos. A elevada quantidade barreiras não tarifárias aplicadas pelos três países tende a estar relacionada com a especificidade de cada economia.

Referências

ABREU, Marcelo de P. **Política comercial brasileira: limites e oportunidades**. Rio de Janeiro, maio 2001. 22 p. Disponível em: <www.econ.puc-rio.br/pdf/td457.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.

APEX BRASIL. **Mercado em foco: intercâmbio comercial**. 2010. Disponível em: <<http://mercadofoco.apexbrasil.com.br/china/informacoes-estrategicas/macroindicadores/intercambio-comercial>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

ARAUJO JR., José T.; COSTA, Katarina P. Abertura comercial e inserção internacional: os casos de Brasil, China e Índia. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília: CEPAL Brasil/IPEA, p. 61 – 78, 2010.

CAVES, Richard E; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald W. **Economia internacional: comércio e transações globais**. São Paulo: Saraiva, 2001. 450p.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY **The world factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

GÓMEZ, José M; JOBIM, Alex; CHAMON, Paulo; SITONIO, Paula, BRITTO, Sérgio. Investimento e inovação na economia chinesa. Rio de Janeiro. **Bric's Policy Center**. 2013. 16 p. Disponível em: <<http://www.bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3906/doc/555146824.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 2010. 740p.

LACERDA, Antônio Corrêa de; OLIVEIRA, Alexandre. **Influxo de investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil: uma análise da desnacionalização da estrutura produtiva nos anos 2000**. São Paulo, maio 2009. 20p. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/Microsoft_Word_-_VIICiclo2009_ArtLacerda-Alexandre_23.04.09.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2013.

NETO, Abrão Miguel A.; PANZINI, Fabrício S.; MEIRA, Frederico A.; PIMENTA JR José L. Perfil tarifário dos BRICS. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago M. (Orgs.). **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, Cap III, p.37-98, 2012.

NONNENBERG, Marcelo B.; LEVY, Paulo Mansur; NEGRI, Fernanda de; COSTA, Katarina P. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. IPEA, Brasília, 2008, 32 p. (Texto para Discussão nº 1333).

Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011: - 23

OLIVEIRA, Tiago M.; LEÃO, Rodrigo P. F; CHERNAVSKY, Emilio. A inserção no comércio internacional do Brasil, da Índia e da China (BIC): notas acerca do comércio exterior e política comercial. In. BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília: CEPAL Brasil / IPEA, p. 79 – 108, 2010.

SILVA, Aristides. **Economia internacional: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1986. 348 p.

THORSTENSEN, Vera. **A defesa comercial dos BICs (Brasil, Índia e China):** Algumas lições para a política brasileira, IPEA, Brasília, Julho 2011, 64p. (Texto para Discussão n° 1636).

THORSTENSEN, Vera; CASTELAN, Daniel R.; RAMOS, Daniel; MÜLLER, Carolina. Barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago M. (Orgs.). **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, Cap. V, p 123-138, 2012.

UNCTAD. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en>. Acesso em: 02 mar. 2013.

VIEIRA, Flávio V.; VERISSIMO, Michele P. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 513 – 546,dez./2009.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. **Integrated trade intelligence portal**. Disponível em <<http://i-tip.wto.org>>. Acesso em: 08 maio de 2013.

Universidade de Caxias do Sul

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

- 044 – Jan. 2013 –** A cadeia de carne de frango: uma análise dos mercados brasileiro e mundial de 2002 a 2010
Márcia Voilà CECI/UCS; Divanildo Triches IPES/UCS e PPGE/UNISINOS.
- 045 – Jan. 2013 –** A taxa de rotatividade e a nova regra aviso prévio
Divanildo Triches IPES/UCS e PPGE/UNISINOS.
- 046 – Fev. 2013–** Uma resenha da evolução das regras de política monetária
Divanildo Triches IPES/UCS e PPGE/UNISINOS.
- 047 – Fev. 2013–** Uma revisão da dinâmica macroeconômica da dívida pública e dos testes de sustentabilidade da política fiscal
Luís Antônio Sleimann Bertussi, UPF; Divanildo Triches IPES/UCS e PPGE/UNISINOS.
- 048 – Mar. 2013–** Uma avaliação da regulação e concessão do setor de petróleo no Brasil após a Lei 9478/97.
Márcio Joel Deimling, UNISINOS; Divanildo Triches IPES/UCS e PPGE/UNISINOS.
- 049 – Abr. 2013–** Os efeitos dos mecanismos de transmissão da política monetária: uma análise dos países selecionados da América Latina
Divanildo Triches, IPES/UCS e PPGE/UNISINOS; Eduardo Trapp Santarossa, PPGE/UNISINOS;.
- 050 – Mai. 2013–** Instabilidade da Paridade Descoberta de Juros: uma investigação da mobilidade de capital no Brasil no período 1990/2004
Soraia Santos das Silva, UFGD; Divanildo Triches IPES/UCS e PPGE/UNISINOS.
- 051 – Jun. 2013–** Os efeitos dos mecanismos de transmissão da política monetária no Brasil de 1995 a 2010
Eduardo Trapp Santarossa, PPGE/UNISINOS; Divanildo Triches IPES/UCS E PPGE/UNISINOS Marcos Tadeu Caputi Lélis, E PPGE/UNISINOS.
- 052 – Out. 2013–** Análise do nível de reservas internacionais dos países emergentes de 2000 a 2010
Romário de Souza Gollo CECI/UCS; Divanildo Triches IPES/UCS E PPGE/UNISINOS
- 053 – Fev. 2014–** Análise das políticas comerciais do Brasil, China e Índia de 1995 a 2011
Fabício Faccini, CE/UNISINOS; Divanildo Triches IPES/UCS E PPGE/UNISINOS; Márcia Regina Godoy, (DOCFIX/FAPERGS-CAPES), PPGE/UNISINOS.

